


Ata Nº 8



Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, realizada nas instalações da Junta de Freguesia da Marinha Grande (JFMG) sitas em Rua Marques de Pombal, 92-A.-----

Isabel Freitas, presidente do órgão, deu início à sessão, saudando os deputados e informando sobre alteração da composição da Mesa da Assembleia que, por ausência da 1ª secretária, Diana Gregório, passa a integrar a deputada da bancada da CDU, Olga Gonçalves. Prosseguiu a presidente da Mesa informando sobre as restantes substituições, a saber: a deputada Maria Esperança, eleita pela CDU, substituída na sessão pela deputada Marina Grácio; o deputado Nuno Agostinho (CDU) substituído na sessão pelo deputado Telmo Miranda e o deputado Marco Sousa (PS) substituído pelo deputado João Pedro Gomes da mesma bancada. -----

Por não ter sido registado qualquer pedido de uso da palavra por parte do público, a presidente da Mesa passou de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos **Período antes da ordem do dia** dando a palavra à deputada Cristina Simões (PS) a qual começou a sua intervenção saudando todos os presentes e desejando votos de Boas Festas e Feliz Natal para todos os fregueses. Prosseguiu alertando para a necessidade de aproximar o Poder Local à população sugerindo que as sessões da Assembleia de Freguesia teriam maior utilidade a se fossem transmitidas em direto com vídeo e áudio (*streaming*), mostrando assim à população que os deputados desta assembleia e este executivo da Junta estão verdadeiramente interessados em resolver os problemas da freguesia. Sugeriu ainda que para melhor chegar à população as reuniões deveriam ser descentralizadas, podendo estas rodar pelas colectividades, ao longo do ano. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado Carlos Martins (+MPM) que parabenizou a Orquestra Juvenil pelos seus vinte e cinco anos, e enalteceu a excelente qualidade do espectáculo dado pela mesma na Casa da Cultura da Marinha Grande. Felicitou também o Museu Joaquim Correia e o Museu do Vidro pelos seus vinte e cinco e vinte e quatro anos respetivamente. Desejou ainda, em nome de toda a bancada, os (+MPM) votos de Boas Festas a todos os fregueses. -----

De seguida interveio o deputado Vasco Silva (CDU), referindo a situação da mudança de nome de um arruamento no Pêro Neto, a qual estaria a gerar uma situação de constrangimento visto que os terrenos terem sido cedidos pelos confinantes e as infra-

-estruturas terem sido pagas por uma empresa não envolvendo qualquer gasto quer da parte da CMMG quer da parte da Junta de Freguesia. Todos os confinantes decidiram dar à rua o nome de Cova das Raposas, tendo apresentando de seguida o processo à CMMG a qual o enviou para a Junta de Freguesia para esta emitir um parecer não vinculativo. No entanto a Junta alterou o nome da rua, tendo a CMMG aceitado a decisão. Esta decisão de alteração de nome terá levado a custos acrescidos para as empresas sitas no arruamento, custos estes que estarão a gerar desconforto e constrangimento entre os confinantes pelo que sugere que a Junta interfira no sentido de agilizar o processo e a fim de voltar ao nome que tinha anteriormente. Continuou a sua intervenção chamando a atenção para o facto de o Plano de Reflorestação da Mata Nacional de Leiria ter sido aprovado por todos os partidos à exceção do Partido Socialista, ficando todas as verbas para a continuação do Plano de Reflorestação reduzidas a zero, já que o Partido Socialista não está interessado em reinvestir. Sugeriu que se deve reclamar aquilo que a freguesia tem direito e apelou para que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal façam pressão em todos os órgãos em que tiverem assento no sentido de defenderem o que é o supremo interesse da freguesia independentemente da força política a que cada um pertença. Manifestou o seu descontentamento sobre a deslocalização da estátua do vidreiro, lembrando o 18 de Janeiro e quem nele participou. Alertou ainda para o dinheiro que está a ser gasto nesta deslocalização nomeadamente na construção de novos alicerces. -----

Seguidamente, a Presidente da Mesa, Isabel Freitas, deu a palavra ao deputado João Pedro Gomes (PS). Este chamou a atenção para a informação que consta no *site* da Junta de Freguesia, nomeadamente no que diz respeito às atas do executivo que estão atrasadas e aos documentos de prestação de contas que não estão disponíveis. Questionou sobre a publicação tardia dos editais da Assembleia visto só aparecerem no próprio dia no Jornal da Marinha. Por último questionou sobre a remoção das tendas do antigo mercado afirmado terem-se tornado num local eleito para droga e prostituição. Leu e posteriormente entregou à presidente da mesa um documento em que questiona para quando a sua remoção e se está previsto para este mandato a construção de um novo mercado. -----

A Presidente da Mesa informou que iria colocar o documento a votação. -----

O deputado Manuel Pereira (CDU) deu a conhecer algumas opiniões que lhe chegaram sobre as condições de trabalho dos trabalhadores da Junta, nomeadamente o equipamento desajustado, os baixos salários e o facto de trabalharem à chuva.

Questionou ainda se estaria previsto um almoço de Natal e a distribuição de cabazes aos trabalhadores tendo em conta que os baixos salários por eles auferidos. -----

De seguida foi dada a palavra ao deputado Carlos Carvalho (PS), que na sua intervenção realçou a importância da implementação de unidades locais de protecção civil em toda a freguesia; a importância/necessidade de existir um terminal rodoviário já que o que existe neste momento não está a suprir as necessidades da população. Congratulou-se com o facto de em seguimento de sugestão feita em Assembleia anterior a Loja Social já estar a funcionar. Agradeceu ainda a resposta dada pela Presidente da Junta relativamente aos contributos do (PS) para o Plano de Atividades dado que se percebeu que foram lidos e alguns reflectidos no documento final. -----

A Presidente da JFMG respondeu às questões colocadas pelos deputados, começando a sua intervenção com votos de Boas Festas a todos os presentes e respectivas famílias e amigos bem como para todos aqueles que se encontram a viver na nossa cidade longe das suas famílias, vivendo alguns, situações dramáticas, quer ao nível da habitação quer da alimentação. Face à sugestão da deputada Cristina Simões (PS) sobre a transmissão em direto, a Presidente da JFMG respondeu que o *streaming* no próximo ano terá de ser bem ponderado. -----

Tendo em conta os diferentes assuntos abordados que não faziam parte da presente assembleia mas que mereciam ser discutidos nomeadamente as taxas e licenças, a Presidente propôs que se marcasse uma reunião para quem estivesse interessado na sua discussão para posterior elaboração de novas propostas com o contributo de todos. Relativamente à descentralização da Assembleia de Freguesia, o executivo já providenciou a presença da Junta, uma vez por semana no lugar do Pilado e em S. Pedro de Moel, estando previsto também um alargamento para mês de janeiro a mais dois lugares da freguesia, pois considera que a proximidade às populações é de importância vital, no entanto salienta que a assembleia deve ter um local próprio para reunir. -----

A Presidente da Junta de freguesia realçou a intervenção do deputado Carlos Martins (+MPM), referindo o facto, de ser sempre um estímulo positivo a valorização do trabalho empreendido na nossa cidade, bem como o destaque das datas marcantes da nossa freguesia. Prosseguiu respondendo ao deputado Vasco Silva (CDU), referindo que o que chegou à Junta relativamente ao arruamento foi a proposta de três nomes para ser escolhido um entre eles, não figurava nesta o nome escolhido pela população. Futuramente a Junta antes de se pronunciar irá tentar perceber junto dos moradores se

a rua já tem nome. O que poderá ser feito agora é enviar uma informação em como a Junta tomou conhecimento que a rua já tinha nome, nesse sentido irá reunir com o executivo. No que diz respeito à Reflorestação do Pinhal o governo garantiu que os dezassete milhões de euros realizados com a venda da madeira queimada iriam ser investidos na reflorestação. Sobre o deslocamento da Estátua do Vidreiro, afirmou que é um assunto já foi muito debatido e decidido e que não vê onde o executivo possa interferir. -----

Respondendo ao deputado João Pedro Gomes da bancada do (PS), a Presidente da JFMG informou que houve problemas com o *site* da Junta e que muitos documentos terão desaparecido, no entanto, a maioria já terá sido reposta. Relativamente à publicação tardia do edital ter-se-á devido ao feriado. Já no que respeita às preocupações apresentadas pelo mesmo deputado relativamente às tendas do mercado, manifestou total concordância com o que foi dito, tendo já questionado o Vereador e o Presidente sobre a mesma, visto terem sido muitas as queixas apresentadas na Junta sobre esse assunto. -----

Respondendo ao deputado Manuel Pereira (CDU) esclareceu que os trabalhadores não têm instruções para trabalhar à chuva, salvo aqueles que estão de prevenção para as eventuais ocorrências. Esclareceu ainda que o almoço e a atribuição de cabazes de Natal são procedimentos ilegais, no entanto os trabalhadores com maiores dificuldades financeiras irão receber alguns bens. -----

Sobre as unidades locais de Proteção Civil referidas pelo deputado Carlos Carvalho (PS), informou que irão ser uma realidade em todo o país. -----

Foi dada a palavra ao deputado Manuel Pereira (CDU) que iniciou a sua intervenção dizendo que não ter por hábito desmentir ninguém nem aceitar que o desmintam. Quanto à ilegalidade da entrega do Cabaz de Natal afirmou que se entendermos que o poder local não tem autonomia para nada, então não há autonomia e temos que ficar submetidos às ordens do primeiro ministro. Prosseguiu referindo que - "Dizer-se que é ilegal é mau demais para uma Junta de Freguesia, porque a ilegalidade neste procedimento é dizer que efectivamente quer a JFMG quer a CMMG se assim tivessem vontade não teriam autonomia para tomar uma decisão dessa natureza." No seu entender não há vontade, porque as leis não se alteraram e houve muitos anos em que a CMMG não a cumpriu não tendo havido quaisquer penalizações. -----

Prosseguiu a sua intervenção, dizendo uma vez mais aos trabalhadores da JFMG continuam a trabalhar à chuva, salientado que se voltasse a acontecer filmava e

colocava nas redes sociais até porque não foi só ele que o testemunhou, considera que isto não é tratar os trabalhadores condignamente. -----

Usou da palavra a Presidente da mesa, reportando-se ainda à intervenção do deputado Manuel Pereira (CDU) acerca da oferta da cabazes de Natal aos trabalhadores da JFMG, mostrando-se solidária com a sua opinião, esclarecendo no entanto que este procedimento apesar de eventualmente não ser legal, é um procedimento utilizado há muitos anos nesta junta de freguesia, não sendo legal disse ter conhecimento que a maiorias das Juntas de Freguesia e Municípios que conhece, arranjam forma de o fazer através de outra classificação contabilística. Continuou dizendo que o Governo ao fazer estas leis obriga a que por vezes as pessoas incorram a irregularidades, o que é lamentável. Disse ainda que ouviu de um dirigente nacional da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), que esta situação era ilegal, mas se arranjava uma forma de o classificar contabilisticamente de outra maneira, continuou dizendo que este executivo optou por não correr riscos, o que lamenta, por ser uma época em que as pessoas precisam de ajuda e os trabalhadores da JFMG necessitam muito desse cabaz. -----

Vasco Silva (CDU) interveio para questionar sobre o pagamento de páginas a jornais de fora da freguesia por parte da Junta e se também acontece com o jornal da Marinha e se há boas relações entre o executivo da junta de Freguesia e os órgãos de comunicação locais. A Presidente respondeu que nada foi alterado em relação aos órgãos de comunicação social. -----

De seguida usou da palavra o deputado Carlos Martins (+MPM) na sua intervenção voltou ao assunto do Cabaz de Natal e da legalidade ou ilegalidade do mesmo manifestando a sua estupefação relativamente à reação do deputado Manuel Pereira (CDU) e à intervenção da Presidente da Mesa. Perante o que o deputado Manuel Pereira (CDU) explanou convictamente e depois da intervenção da Presidente da Mesa, questionou o mesmo deputado se estes não teriam nenhuma palavra para se retratar. -----

O deputado Manuel Pereira (CDU) respondeu reafirmado a sua convicção de que há formas de contornar a lei e que irá tentar saber quantas autarquias nesta altura do ano vão fazer o almoço/jantar para os seus trabalhadores, e que posteriormente o enviará à Presidente da JFMG. Continuou afirmando que tem conhecimento de muitas autarquias, inclusive grandes Câmaras Municipais que nesta altura do ano fazem um jantar para os seus trabalhadores. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa leu a recomendação entregue pelo PS relativamente às tendas do mercado. O deputado Vasco Silva (CDU) sugeriu que as tendas fossem encaminhadas para as colectividades. Ainda sobre este assunto Manuel Pereira (CDU) referiu que de facto esta infra-estrutura está a causar problemas pelo que propôs que a assembleia assumisse esta recomendação como sua para poder ser votada. Neste sentido a Presidente da Mesa questionou a assembleia, não havendo qualquer objecção por parte dos deputados presentes foi posto a votação, o documento foi aprovado por unanimidade com a ressalva de que se aguarda que o mesmo seja enviado à assembleia devidamente retificado e datado. Ainda no período antes da ordem do dia Presidente da JFMG fez mais um esclarecimento sobre a ilegalidade da distribuição dos cabazes de Natal facultando à assembleia documentos que provam que nenhuma despesa poderá ser autorizada ou paga sem que o facto gerador da obrigação da despesa respeite as normas legais aplicadas. -----

Pelas vinte e duas horas e cinco minutos, a presidente da Mesa deu por concluído o período antes da ordem do dia e prosseguiu a sessão de acordo com a ordem de trabalhos estabelecida. -----

Aprovação da ata número seis; -----

Este ponto foi retirado visto a ata ainda não estar concluída. -----

Discussão e votação dos documentos previsionais para o ano 2023: Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimento (PPI); -----

A Presidente da JFMG iniciou a discussão deste ponto dando alguns esclarecimentos sobre as opções do Plano nomeadamente que o edifício adquirido em agosto já está em nome da Junta de Freguesia, ainda sobre este edifício a Junta irá esperar alguns meses para se candidatar ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) 2030 visto ser um grande investimento e se tratar de dinheiros públicos e desta forma não descapitalizar o orçamento da Junta. Relativamente ao GAP (Gabinete de Apoio Psicossocial) sublinhou ser de grande importância para a Freguesia estando a realizar um bom trabalho quer nas escolas quer junto das famílias que cada vez mais apresentam necessidade de apoio psicológico pelo que o executivo propõe no Mapa de Pessoal juntar à equipa uma psicóloga. Relativamente ao projeto “Aldeias Seguras Pessoas Seguras” irá ser feito um projeto piloto a iniciar em janeiro. Irão ter continuidade os apoios à Orquestra Juvenil e ao associativismo. A Presidente fez ainda algumas considerações sobre a limpeza urbana, a rede viária, a candidatura a



Eco Freguesia, as reparações nos estabelecimentos de educação, os parques de merendas e bermas das estradas da mata e respetivo protocolo com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), o funcionamento do espaço Cidadão no Pilado e em Pedro de Moel, a integração social, os equipamentos para os trabalhadores e as atividades desenvolvidas. -----

Para intervir sobre este ponto a Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Pedro Gomes (PS), o qual colocou algumas questões relativamente aos valores do orçamento para as obras no edifício adquirido pela Junta, ao saldo de gerência e a execução orçamental. Manifestou a sua preocupação que não haja dinheiro para fazer face às despesas correntes visto haver um diferencial de cerca de 50.000€ (cinquenta mil euros) a menos nas rúbricas gerais. Questionou ainda o valor das senhas de presença. -----

Ainda sobre este assunto falou o deputado Manuel Pereira (CDU), tecendo algumas considerações sobre o Mapa de Pessoal, pedindo um esclarecimento sobre alguns dos valores referenciados para a remuneração dos trabalhadores. -----

A Presidente da JFMG respondeu às questões colocadas pelos deputados. -----

A Presidente da mesa colocou à votação os documentos referidos em epígrafe, tendo estes sido aprovados com sete votos a favor, zero votos contra e doze abstenções. Prosseguiu lendo a minuta de deliberação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Seguidamente a deputada Cristiana Serra (CDU) pediu a palavra procedendo à leitura da declaração de voto da sua bancada. -----

Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2023; ----

Sobre este assunto a Presidente da JFMG esclareceu que no Mapa de Pessoal onde se fala da criação de dois lugares para técnicos superiores, tratando-se de um (a) Contabilista e um(a) Psicóloga, e de mais quatro Assistentes Operacionais e um(a) Assistente Técnica(o) devido ao aumento dos serviços. O Mapa de pessoal foi colocado à votação pela Presidente da Mesa, tendo sido aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, zero votos contra e três abstenções, prosseguiu lendo a minuta de deliberação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade -----

Autorização Genérica da Assembleia de Freguesia da Marinha Grande para dispensa de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais;

A Presidente da JFMG deu algumas informações sobre os compromissos em questão. -----

Este documento foi colocado à votação pela Presidente da Mesa, tendo sido aprovado por unanimidade. Seguidamente leu a minuta de deliberação, colocou-a à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade-----

Discussão e aprovação do Protocolo de Funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, celebrado entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal da Marinha Grande; -----

A Presidente da JFMG informou a assembleia que este Protocolo não sofreu qualquer alteração e sublinhou a sua importância, dado que sozinha a JFMG não consegue suportar as despesas da orquestra. -----

O Protocolo foi colocado à votação pela Presidente da Mesa, tendo sido aprovado por unanimidade. Foi lida a minuta de deliberação e colocada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade-----

Apreciação do relatório de Atividade d JFMG referente ao 4º trimestre de 2022;

A Presidente da JFMG propôs à assembleia que este relatório deixasse de ser trimestral passasse a ser referente a vários meses. Este relatório referente ao 4º trimestre reflete a atividade de outubro e novembro no próximo relatório será referido o mês de dezembro. Da atividade desenvolvida salientou a legalização dos terrenos da Junta, os melhoramentos nos edifícios, o funcionamento do Espaço Cidadão, as atividades de psicologia e nutrição e da Orquestra Juvenil, os apoios monetários às associações, apoios às escolas, a cedência das carrinhas às associações, atividades da eco freguesias entre outras. -----

O deputado Joaquim Jesus (+MPM) louvou o papel humanitário e social da JFMG e a atitude do executivo com as preocupações no âmbito do ambiente e a implementação das boas práticas nesta área -----

Informação da situação financeira da JFMG; -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia de Freguesia tomou conhecimento da atual situação financeira da autarquia, informação prestada pelo tesoureiro do executivo João Moleirinho (+MPM). Sobre este assunto o deputado Carlos Carvalho (PS) questionou se o dinheiro existente à ordem chegaria para pagar os ordenados. João Moleirinho (+MPM) respondeu dizendo que ao dia quinze todos os meses a JFMG recebe uma transferência da DGAL (Direção Geral da Administração Local) existindo por isso dinheiro para fazer face ao pagamento dos ordenados. -----

Por nada mais haver a tratar, a presidente da Assembleia de Freguesia deu por concluídos os trabalhos, pelas vinte e quatro horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Mesa. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia



(Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas)

Primeira Secretária da Mesa da Assembleia



(Olga Maria dos Santos Gonçalves)

Segunda Secretária da Mesa da Assembleia



(Ana Paula Agostinho André)

